



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DA INTRODUÇÃO:**

O presente **TERMO DE REFERÊNCIA** foi elaborado em acordo com as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e estabelece os requisitos básicos para orientar os procedimentos administrativos, visando à abertura de procedimento administrativo destinado à contratação locação de Concentrador de Oxigênio Medicinal e recarga de cilindros de oxigênio medicinal gasoso, para atender ao Programa de Oxigenoterapia Domiciliar e Mandados de Segurança do Município, conforme características e quantitativos indicados neste Termo de Referência.

### **2. DO OBJETO:**

O presente **TERMO DE REFERÊNCIA** visa a abertura de procedimento administrativo destinado Contratação através do sistema de registro de preço de empresa especializada para locação de Concentrador de Oxigênio Medicinal e recarga de cilindros de oxigênio medicinal gasoso, para atender ao Programa de Oxigenoterapia Domiciliar e Mandados de Segurança do Município, de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes deste Termo de Referência e seus Anexos por um período de 12 (doze) meses.

Pretende-se que a presente contratação se dê por meio de Pregão Eletrônico, para fins de Registro de Preços, com critério de julgamento menor preço global, com quantitativo previsto para atendimento desta Secretaria pelo período de 12 (doze) meses.

### **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E TECNICA QUANTITATIVA**

Baseando-se no último ano ou os últimos meses, acrescido de uma margem de segurança prospectando no crescimento dos ADs em até 50% (cinquenta por cento) de pacientes novos/cadastrados baseando-se no mês de junho de 2024. Ratifico que o pagamento **SÓ SE EFETIVARÁ QUANDO UTILIZADO OS SERVIÇOS**.

Os pacientes portadores tanto de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica ou de outras hipoxemias crônicas apresentam comprometimento físico importante necessitando frequentemente de internação hospitalar, para a estabilização de quadros agudos. A suplementação de oxigênio no âmbito domiciliar, é necessária para melhorar a qualidade de vida do paciente e está fundamentada que para a homeostase orgânica adequada à manutenção de um nível estável e mínimo de oxigênio no sangue, é imprescindível.

Por se tratar de serviço com rotatividade grande e de difícil previsão, o quantitativo estimado baseia-se no consumo do último mês de serviço prestado pelo atual contrato, sendo certo que, atualmente, atendemos 38 (trinta e oito) pacientes, acrescido de uma margem de segurança, fundamentado no crescimento nos atendimentos âmbito domiciliar.



Os kits com concentradores são utilizados como “backup” para outros cilindros, a fim de que o paciente não fique desassistido do oxigênio quando não há carga no cilindro. Servem para garantir o “time life” do paciente.

O item 1 é utilizado por pacientes com baixa mobilidade e em pacientes com pouco uso da oferta de oxigênio, visto que são móveis, podendo ser transportados no interior do domicílio do paciente. Para alcançar o quantitativo previsto, utilizou-se a proporção 1/4 sobre o total dos pacientes atendidos pela SESA, com reserva correspondente a 20% do estimado.

O item 2 é utilizado por pacientes restritos ao leito, mais adoecidos, em que a demanda para oferta de O<sub>2</sub> é alta. Para alcançar o quantitativo previsto, utilizou-se a proporção 1/3 sobre o total dos pacientes atendidos pela SESA, com reserva correspondente a 20% do estimado.

O item 3 é utilizado por pacientes, quando precisam se locomover para fora do domicílio para tratamento, consultas e exames. Para alcançar o quantitativo previsto, utilizou-se a proporção 1/6 sobre o total dos pacientes atendidos pela SESA, com reserva correspondente a 20% do estimado.

Para as recargas constantes no item 4, foi previsto de acordo com o uso mensal dos pacientes atualmente listados, sendo certo que alguns destes utilizam o mês inteiro sem recarregar, enquanto outros fazem recargas constantes, razão pela qual se alcançou um quantitativo médio, com reserva correspondente a 20% do estimado.

Para as recargas constantes no item 5, foi previsto de acordo com o uso mensal dos pacientes atualmente listados, sendo certo que alguns destes utilizam o mês inteiro sem recarregar, enquanto outros fazem recargas constantes, razão pela qual se alcançou um quantitativo médio, com reserva correspondente a 20% do estimado.

Ademais, foi previsto uma manutenção preventiva mensal por aparelho, bem como previsto duas manutenções corretivas anuais por aparelho, com reserva correspondente a 20% do estimado, levando em consideração a necessidade de um total de cinquenta aparelhos, entre concentradores e cilindros, conforme planilha constante nos autos.

#### **4. DA JUSTIFICATIVA:**

Baseando-se no último ano ou os últimos meses, acrescido de uma margem de segurança prospectando no crescimento dos ADs em até 50% (cinquenta por cento) de pacientes novos/cadastrados baseando-se no mês de janeiro de 2024.

Os pacientes portadores tanto de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica ou de outras hipoxemias crônicas apresentam comprometimento físico importante necessitando frequentemente de internação hospitalar, para a estabilização de quadros agudos.

A suplementação de oxigênio no âmbito domiciliar, é necessária para melhorar a qualidade de vida do paciente e está fundamentada que para a homeostase orgânica adequada à manutenção de um nível estável e mínimo de oxigênio no sangue, é imprescindível.



## 5. DO VALOR ESTIMADO

O valor inicial para a presente contratação é de R\$1.800.987,00 (um milhão, oitocentos mil novecentos e oitenta e sete reais), conforme se verifica através da pesquisa de preço realizada através de pesquisa de mercado, constante nos autos do processo em epígrafe.

## 6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O instrumento oriundo deste Termo de Referência terá vigência de 12 (doze) meses, sendo a ARP contado da data de publicação no Diário Oficial do Município e os contratos a partir do recebimento da primeira **ORDEM DE FORNECIMENTO** emitida pelo Contratante, podendo os contratos serem substituídos por instrumento equivalente, na forma do artigo 95 da Lei 14.133/2021.

Os prazos de vigência poderão ser aditados na forma do artigo 105 e seguintes, para fins de contrato e do artigo 84, para fins de Ata de Registro de Preços, ambos da Lei 14.133/2021.

## 7. DOS REQUISITOS PARA SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

Tendo em vista a particularidade do objeto a ser contratado, tratando-se de bens de consumo regulados por órgãos federais de fiscalização, bem como sendo interesse deste Município a seleção de empresa comprovadamente capaz de executar o objeto do contrato, para habilitar-se ao fornecimento dos itens objeto da presente contratação, a empresa deverá comprovar capacidade técnica, da seguinte forma:

- a) Indicação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, que responda como responsável técnico pela licitante;
- b) Apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a prestação prévia de serviços com características semelhantes às do objeto deste Termo de Referência;
- c) Apresentação de Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) através de certidão de registro de pessoa jurídica, dentro da validade;
- d) Licença de funcionamento da empresa expedida pelo órgão de vigilância sanitária da unidade federativa competente;
- e) Certidão da Regularidade Técnica, do ano em exercício, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia de sua jurisdição;
- f) Autorização de Funcionamento da Empresa - AFE, da licitante expedida pelo órgão competente (ANVISA) no ramo de medicamentos e produtos para a saúde;



Ainda sobre a qualificação técnica, deve constar nesta o seguinte::

- O atestado apresentado deverá ter como seus responsáveis técnicos os seguintes profissionais: (Engenheiro Mecânico ou Engenheiro Elétrico; e Farmacêutico).
- Registro no CREA com objeto compatível ao serviço de responsabilidade técnica de Engenharia Mecânica e Engenheiro Elétrico, com a consequente inscrição de seus responsáveis técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CREA).
- Certificado de Autorização de Funcionamento de Empresa emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) sendo Distribuidora e Armazenadora de Produtos para a Saúde, Medicamentos e Insumos Farmacêuticos. (Art. 2º, II; RDC nº 16, de 01 de abril de 2014).
- Alvará Sanitário ou Licença Sanitária da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da licitante autorizado a armazenar e distribuir (Gases Medicinais).
- Registro da Licitante e seus Profissionais responsáveis no Conselho Federal de Farmácia (CRF).
- Certificado de boas práticas de Armazenamento, Distribuição de produtos para Saúde e de Medicamentos.

## **8. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Os fornecimento será prestado na forma, dia, horário e local dispostos na Ordem de Fornecimento, estas que serão emitidas conforme as necessidades desta Secretaria Municipal de Saúde.

O controle quanto ao cumprimento do prazo de entrega por parte da Contratada ficará sob a responsabilidade da Coordenação do setor MELHOR EM CASA pertencente a Secretaria Municipal de Saúde, que deverá informar a Direção do Fundo Municipal de Saúde os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas.

O objeto deverá ser fornecido em conformidade com a descrição, a quantidade estabelecida neste Termo de Referência, bem como deverá ser compatível com a marca indicada na proposta.

O fornecimento prestado pela Contratada será conferidos pelo órgão requisitante, que verificará sua conformidade, no que diz respeito à quantidade, qualidade, bem como demais especificações constantes neste Termo de Referência.

O prazo de validade dos bens ofertados deverá ser equivalente a pelo menos 2/3 (dois terços) do prazo de validade total. Entretanto, em casos específicos, poderão ser aceitos com prazo de validade inferior, conforme cada caso avaliado, o que dependerá do medicamento solicitado, da posição de estoque, do quantitativo a ser entregue, bem como do consumo do mesmo e desde que previamente solicitado pelo fornecedor, devendo as razões do recebimento em prazo de validade diverso serem descritas em justificativa e acostadas aos autos do processo.



Em atendimento ao disposto no art. 31 da Lei nº. 8.078/1990, a apresentação do medicamento deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa, sobre características, marca procedência, número do lote, qualidade, composição, preço, garantia, prazo de validade, origem e outros, bem como sobre os riscos que apresentarem à saúde e à segurança dos usuários, quando for o caso.

Os medicamentos adquiridos deverão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue e sempre que necessário a unidade requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade de seu medicamento.

Os produtos deverão conforme solicitação, devidamente acondicionados na temperatura exigida por seu fabricante, obrigando-se a empresa a garantir que o transporte dos medicamentos seja realizado de acordo com o que determina a legislação pertinente e as normas da vigilância sanitária.

O objeto entregue em desconformidade no que diz respeito à quantidade, qualidade ou demais especificações constantes neste Termo de Referência não serão recebidos pelo setor MELHOR EM CASA, ficando a contratada, neste caso, obrigada a promover a regularização da inconformidade no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a constatação do fato que deverá ser registrado no livro de ocorrência.

Não serão aceitos objetos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado aos administrados, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na Lei Federal n.º 6.437/77 e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da Lei.

Os proponentes deverão atender à RDC nº 430/2020 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e demais normas correlatas que venham a ser editadas.

Os proponentes deverão atender a Portaria nº 802 de 08/10/1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, e demais normas correlatas que venham a ser editadas.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Secretaria Municipal de Saúde, especificamente designado para tal.

Os itens entregues deverão ser acompanhados das competentes notas fiscais, em três vias, bem como cópia do empenho, discriminação dos objetos de acordo com empenho e os dados bancários para pagamento: BANCO/AGENCIA/CONTA CORRENTE;

Nas notas fiscais deverá constar o número do contrato e/ou da Nota de Empenho, o serviço, o valor unitário, a quantidade, o valor total, e a informação de que os serviços serão prestados em favor da Secretaria Municipal de Saúde;

A Contratada, quando não cumprir os prazos e parâmetros estipulados para execução do objeto da licitação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.



## 9. DO ESCOPO DO FORNECIMENTO

O serviço será executado, compreendendo a locação e manutenção dos equipamentos, recarga dos cilindros e aquisição e entrega dos acessórios para Oxigênio Medicinal, a serem atendidos ao Programa de Oxigenoterapia, conforme quantidades discriminadas no (Anexo I) deste Termo de Referência, no local de residência dos usuários (ANEXO II e III).

O início do serviço se dará em até 07 dias após a sua autorização.

Deverá atender as Normas vigentes, quando aplicável:

- ABNT - NBR 12.176/NR 32; NBR 12.188-2012; NBR 13.587; NBR 14.725.
- ANVISA – RDC 09/2010; RDC 32/2011; RDC 50/2002; RDC 68/2011; RDC 69/2008; RDC 70/2008; RDC 260, RDC 307.

No (Anexo I) deste Termo de Referência temos o demonstrativo do quantitativo estimado.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Os critérios das Manutenções Preventivas e Corretivas devem seguir o estabelecido nas normas técnicas vigentes.

- a) A **MANUTENÇÃO TÉCNICA PREVENTIVA** contempla os serviços efetuados para manter os equipamentos e instalações funcionando em condições normais, tendo como objetivo diminuir as possibilidades de paralisações, compreendendo: manutenção do bom estado de conservação, substituição de componentes que comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias à atualização dos aparelhos, limpeza, regulação, inspeção, calibração e testes, entre outras ações que garantam operacionalização dos equipamentos e instalações, devendo ser efetuada no mínimo a cada 30 dias ou em qualquer momento que a empresa vir a necessidade de correção do serviço.

Juntamente com a instalação dos equipamentos e acessórios a CONTRATADA deverá entregar cronograma detalhado das atividades de manutenção preventiva para aprovação da CONTRATANTE.

- b) A **MANUTENÇÃO TÉCNICA CORRETIVA** contempla os serviços de reparos com a finalidade de eliminar todos os defeitos existentes nos equipamentos e instalações por meio do diagnóstico do defeito apresentado, bem como, da correção de anormalidades, da realização de testes e calibrações que sejam necessárias para garantir o retorno do equipamento ou instalação às condições normais de funcionamento em até 4 (quatro) horas. E se for necessário contemplará a substituição do mesmo. As manutenções corretivas, ocorrerão sempre antes do abastecimento dos cilindros priorizando a segurança do paciente.

- As manutenções técnicas corretivas deverão ser efetuadas no prazo máximo de 4 (quatro) horas,

contadas a partir da comunicação feita pela CONTRATANTE, por escrito, e-mail ou telefone, devendo ser anotado o dia, a hora e o nome da pessoa que recebeu a comunicação. O serviço de manutenção corretiva deverá estar à disposição 24 horas por dia;

- Durante as manutenções os técnicos da CONTRATADA deverão utilizar dispositivos que garantam a segurança total dos procedimentos e dos profissionais envolvidos, sendo de responsabilidade da CONTRATADA providenciar tais dispositivos;
- Os profissionais envolvidos na manutenção devem ser devidamente qualificados, estando subordinados a um Responsável Técnico da CONTRATADA, com registro atualizado no CREA;
- A cada visita, tanto preventiva como corretiva os técnicos deverão se reportar à CONTRATANTE os quais emitirão relatórios dos serviços realizados;
- Os relatórios deverão conter nomes e assinaturas dos responsáveis da CONTRATADA que executaram os trabalhos bem como o dos responsáveis da CONTRATANTE que deverão acompanhar tais serviços, quando necessário.

A quantificação mensal e anual das Manutenções Preventivas e Corretivas, variam de acordo com a necessidade de cada equipamento. Estima-se que as Manutenções ocorram em um mínimo de 01 vez mensal para cada equipamento, mas em virtude de possíveis mudanças nas quantidades dos equipamentos e números de pacientes ou algum dano nos equipamentos essa quantidade poderá ser alterada.

#### **11. DA FORMA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

- a) Período de 12 meses, podendo ser prorrogável por igual período, atendendo ao quantitativo definido conforme o subitem 1.1 deste Termo de Referência;
- b) Os serviços de Oxigenoterapia Domiciliar serão autorizados pela Coordenação da Atenção Domiciliar do município de São Pedro da Aldeia, que providenciará o cadastro do paciente no Banco de Dados e emitirá a Ordem de Serviço à empresa;
- c) Após validar a fonte de oxigênio indicada pelo médico, a empresa deverá implementar os serviços nas residências dos usuários (ANEXO II e III), e fornecer as orientações aos pacientes e familiares acerca da fonte de oxigênio e seu manuseio;
- d) Os procedimentos previstos nos subitens 5.1.2 e 5.1.3 não deverão ultrapassar 72 horas e deverão ser realizados no horário de 07h:00min às 19h:00min. Ademais, nesta fase, a empresa deverá preencher, em 03 vias, o Relatório de Implantação de Oxigenoterapia Domiciliar e Termo de Responsabilidade, encaminhando uma das vias para a Coordenação Atenção domiciliar;
- e) Caso haja divergência entre as fontes de oxigênio recomendadas, a Coordenação da Atenção Domiciliar e a empresa deverão, em comum acordo, disponibilizar ao paciente a fonte de oxigênio que considerarem mais adequadas;



- f) Mensalmente, a empresa deverá enviar por e-mail, à Coordenação da Atenção Domiciliar, por meio de e-mail, o relatório de pacientes atendidos, bem como as respectivas fontes de oxigênio recebidas, discriminando detalhadamente por paciente os itens utilizados e as ações realizadas.

## **12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

Será fiscalizador o servidor Ubiratan de Araújo Curcino Junior, Matrícula: 38268 Cargo: Diretor da Atenção Domiciliar e Fiscal Geral de Oxigênio do Município de São Pedro da Aldeia, para acompanhamento da execução do referido contrato.

A CONTRATANTE fiscalizará a execução do contrato, em todas as suas fases, obrigando-se a CONTRATADA a facilitar o trabalho de fiscalização, prestando-lhe informações ou esclarecimentos que se fizerem necessários e ainda atendendo as suas solicitações e determinações desde que não sejam conflitantes com o estabelecido no contrato.

A fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais;

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A Contratada obriga-se a:

- a) Executar o objeto deste termo de referência com os padrões de qualidade aceitáveis, e em conformidade com as especificações exigidas e constantes neste Termo de Referência, bem como com as propostas apresentadas;
- b) Executar o contrato na forma estabelecida por este termo de referência;
- c) Colocar à disposição da Secretaria Municipal de Saúde – SESA, todas as informações acerca da execução do contrato, inclusive com elaboração de laudo, quando solicitado;
- d) Apresentar os seus profissionais devidamente uniformizados, providos dos equipamentos de Proteção Individual - EPI's, obedecendo aos parâmetros da Norma Regulamentadora;
- e) Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do contrato;
- f) Manter durante o período de execução do fornecimento contratado as condições de regularidade junto ao INSS, FGTS, e a Fazenda Federal, Fazenda Estadual, e Fazenda Municipal, apresentando os respectivos comprovantes, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação;
- g) Informar à Secretaria Municipal de Saúde – SESA, eventual alteração de sua razão social, de seu controle acionário ou de mudança de sua diretora ou de seu estatuto, enviando cópia autenticada da certidão da Junta comercial ou do cartório de registro civil das pessoas jurídicas.
- h) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021;



- i) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- j) Responsabilizar-se, em qualquer caso, por danos e prejuízos de qualquer natureza causados por seus empregados ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, respondendo por si e seus eventuais subcontratados, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990).
- k) Submeter-se à Fiscalização da CONTRATANTE para fiel consecução do objeto deste contrato;
- l) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.
- m) Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

#### 14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A Contrante obriga-se a:

- a) Requisitar a entrega dos itens, na forma prevista neste Termo de Referência;
- b) Exigir do contratado o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;
- c) Efetuar o pagamento por ordem de fornecimento executada;
- d) Verificar a manutenção das condições de habilitação da empresa contratada;
- e) Aplicar penalidades ao contratado, por eventual descumprimento contratual;

#### 15. VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO:

Para fins de verificação da conformidade, o objeto entregue será recebido na forma que segue:

- a) **Provisoriamente** – no ato do recebimento os itens fornecidos pela Contratada, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes no Termo de Referência.
- b) **Definitivamente** – no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, para verificação da qualidade do serviço prestado, com consequente aceitação, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, o que não exime a Contratada de reparar eventuais irregularidades constatadas posteriormente.

#### 16. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do



interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

#### 17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

A presente despesa encontra-se prevista no Plano Plurianual, conforme declaração do Fundo Municipal de Saúde constante nos autos, e correrá através do seguinte Programa de Trabalho:

**Programa de Trabalho: 10.301.058.2.180 – Manutenção das unidades Básica de Saúde.**

**Programa de Trabalho: 10.302.056.2.418 – Manutenção das unidades Básica de Saúde.**

**Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.**

#### 18. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO:

Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias após a verificação definitiva do cumprimento do contrato, desde que não haja fator impeditivo por parte da contratada.

O pagamento será efetuado através de ordem bancária, devendo a contratada identificar na nota fiscal o nome da Empresa, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito.

Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a contratada deverá anexar a cópia da CND obtido junto ao INSS, bem como do DRF, obtido perante o FGTS (CEF), dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias começará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

O recolhimento de impostos e contribuições municipais será realizado pelo contratante no momento do pagamento da nota fiscal/fatura onde será abatido o imposto e/ou contribuição devida, conforme determinação da Secretaria Municipal de Fazenda. Assim, deve a contratada ao emitir a nota fiscal/fatura, apresentar a alíquota e o valor a serem recolhidos.



## 19. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

A fiscalização da execução do objeto contratado caberá a comissão designada por ato da Secretária Municipal de Saúde. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.



Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

Demais atos de gestão e fiscalização do contrato deverão observar as normas municipais pertinentes e, na ausência destas, a normativa federal.

## 20. DAS PENALIDADES:

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, o contratante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- (d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

A aplicação das sanções previstas nas alíneas "b" e "c" observará os seguintes parâmetros:

- 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis.

Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea "c", sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

- 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e

- 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato. (QUANDO FOR O CASO)

- As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.



SECRETARIA MUNICIPAL DE  
**SAÚDE**

Processo nº 3.083/2024

Fl. 778

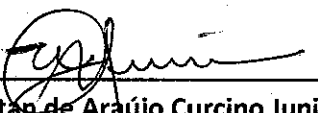
Rubrica 9

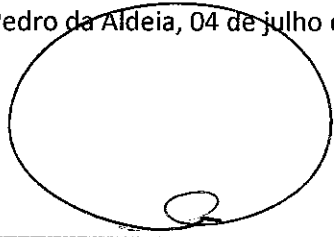
As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

As sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas "b" e "c", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

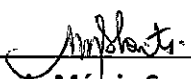
São Pedro da Aldeia, 04 de julho de 2024

Elaborado por:

  
\_\_\_\_\_  
**Ubiratan de Araújo Curcino Junior**  
Diretor da Atenção Domiciliar  
Mat. 38.268

  
\_\_\_\_\_  
**Geraldo Lopes Vieira**  
Secretário Adjunto de Saúde  
Mat. 37.879

APROVADO POR:

  
\_\_\_\_\_  
**Maria Márcia Sampaio Fontes**  
Secretária Municipal de Saúde  
Mat. 37.877



**ANEXO I – DESCRIÇÃO, QUANTITATIVO E VALOR UNITÁRIO**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	UND	QUANT. ATUAL A (mensal)	QUANT. RESERVA B (mensal)	QUANTIDADE TOTAL/ANUAL ((a)+(b)) *12	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Locação de Concentrador de Oxigênio Medicinal 110/220v de 0,5 a 5 l/min.	KIT	10	2	144	R\$1.950,00	R\$280.800,00
<b>Kit composto por:</b>							
-01 Concentrador de Oxigênio Medicinal estacionário com rodízio 110/220V de 0,5 a 10 l/min; -01 Cilindro com Oxigênio Medicinal reserva, capacidade de 7 a 10 m³ (em comodato); -01 regulador de pressão + fluxômetro (em comodato); -01 Kit de Inalação (adulto ou infantil) incluso: Cateter nasal ou máscara e Extensão; -01 Umidificador de oxigênio; -01 Oxímetro.							
02	Locação de Concentrador de Oxigênio Medicinal estacionário com rodízio 110/220v de 0,5 a 10 l/min.	KIT	13	3	192	R\$835,00	R\$160.320,00
<b>Kit composto por:</b>							
-01 Concentrador de Oxigênio Medicinal estacionário com rodízio 110/220v de 0,5 a 10 l/min; -01 Cilindro com Oxigênio Medicinal (reserva) capacidade de 7 a 10 m³ (em comodato); -01 regulador de pressão + fluxômetro (em comodato); -01 Kit de Inalação (adulto ou infantil) incluso: Cateter nasal ou máscara e extensão; -01 Umidificador de oxigênio; -01 Oxímetro.							
03	Locação de Concentrador (Portátil) de Oxigênio Medicinal estacionário com rodízio 110/220v de 0,5 a 2 l/min.	KIT	6	1	84	R\$1.100,00	R\$92.400,00
<b>Kit composto por:</b>							
-01 Concentrador (portátil) de Oxigênio Medicinal estacionário com rodízio 110/220v de 0,5 a 2 l/min; -01 Cilindro com Oxigênio Medicinal (reserva), capacidade de 7 a 10 m³ (em comodato); -01 regulador de pressão + fluxômetro (em comodato);							

-01 Kit de Inalação (adulto ou infantil) incluso: Cateter nasal ou máscara e extensão;

-01 Umidificador de oxigênio;

-01 Oxímetro.

04	<p>Serviço de Recarga de Oxigênio Medicinal Gasoso para cilindros de 3 m³ com cilindro, regulador de pressão e fluxômetro a ser fornecido em regime comodato. Utilizar também para o abastecimento das 4 ambulâncias que o município possui.</p> <p>OBS: Na necessidade de mais pacientes utilizarem esse cilindro, a empresa fornecerá assim que solicitado, um novo cilindro com oxigênio medicinal (reserva) capacidade de 3m³.</p>	M³	59M³	12m³	852M³	R\$61,75	R\$52.611,00
5	Serviço de Recarga de Oxigênio Medicinal Gasoso para cilindros de 10 m³ com cilindro, regulador de pressão e fluxômetro a ser fornecido em regime de comodato.	M³	1700M³	340M³	24480M³	R\$28,45	R\$696.456,00
6	Manutenção Preventiva	Serviço	50	0	600	R\$720,00	R\$432.000,00
7	Manutenção Corretiva	Serviço	8	2	120	R\$720,00	R\$86.400,00
<b>TOTAL:</b>						<b>R\$1.800.987,00</b>	